

Negociação

O País enfrenta hoje sérias dificuldades nos campos econômico e social, ao mesmo tempo em que passa por um delicado processo de abertura política. Em face dessa realidade, a "Folha" realizou uma ampla consulta a personalidades do mundo político, econômico, cultural e artístico, a fim de tornar públicas as suas opiniões a respeito das seguintes questões:

1. Como avalia o ritmo da abertura política? Deveria ser mais lento, mais veloz, ou manter o atual compasso?

2. Há quem diga que o País vive um impasse. Concorde com isso? Em caso afirmativo, qual a natureza e qual a gravidade desse impasse?

3. Há também quem diga que as dificuldades que a Nação atravessa impõem a necessidade de um processo de negociação ampla, que envolva o governo, as oposições e as entidades da sociedade civil. Concorde com isso? Em caso afirmativo, o que deve ser negociado, por quem e quando?

4. Existe, em sua opinião, a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte? Em caso afirmativo, sob que condições? Em que prazo? Convocada por quem?

cançamos crescente conscientização e participação popular. As divergências de interesses e opiniões — desde que processadas dentro da ordem democrática —, dão autenticidade ao regime e robustece a consciência cívica do povo."

4 — "Não vejo necessidade de uma Constituinte, pois o nosso problema é mais de "comportamento" dos políticos, do que de formulação legal. Já dispomos de estrutura institucional suficientemente aberta a reformas de profundidade e o povo já está cansado de revisões que nada resolvem, se os seus problemas não forem atacados com realismo e eficiência. Ademais, o trabalho constituinte, em épocas de conturbação social e econômica é inevitavelmente sobrepujado pelo confronto de interesses e pela radicalização política, ambos prejudiciais a uma autêntica expressão dos anseios nacionais. Procure-se restaurar, em todos os planos federativos, a austeridade administrativa — mas, com impessoalidade e energia, sem a timidez contraproducente com que se profingaram os revoltantes desperdícios e mordomias; procure-se aplicar as leis com seriedade e espírito de justiça social; procure-se integrar a comunidade em todo esse trabalho de condução do País e ter-se-á, no plano político, aliviado tensões perigosas e aberto caminho para novos horizontes de justiça e de progresso."



Ex-governador quer o povo participando

Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo:

1 — "Difícilmente se poderá predeterminar com adequação o ritmo da chamada abertura, sem integral conhecimento dos problemas que sua implantação necessariamente enfrenta, sobretudo na própria área executora. Mais importante que a fixação de ritmo são a conscientização e a participação populares em seu desenvolvimento, a fim de que se alcance uma formulação realista, capaz de pôr fim à democracia intermitente que vivemos, desde 1930, com revoluções e golpes sucessivos."



PCB propôs a Constituinte, diz Giocondo

Giocondo Dias, secretário-geral do CC do PCB:

1. "A questão é objetiva. A unidade das forças oposicionistas, a participação

2 — "Não, a meu ver, não se trata de um impasse. Atravessamos, sem dúvida um período crítico, e vejo mesmo, com pesar, que não foram pessimistas as palavras que dirigi na ocasião ao presidente Costa e Silva, qualificando o AI-5 como um "retrocesso político de consequências imprevisíveis", ou quando, no discurso com que inaugurei a sessão de reabertura do Senado após o fechamento, assinalai os graves erros e improvidências da orientação político-institucional da Revolução. Acho, entretanto — com a minha experiência na vida pública —, que se poderá confiar na extraordinária potencialidade deste País, capaz, mais uma vez, de superar as dificuldades do momento e que, lamentavelmente, ainda vão ter desdobramentos. Não cabem, por certo, no âmbito desta entrevista, maiores detalhes e a eles me tenho reportado em pronunciamentos anteriores. O que é preciso é que os nossos homens e líderes responsáveis, em todas as áreas políticas, despidos dos vícios de autoritarismo, auto-suficiência tecnocrática, personalismo e demagogia, tenham a coragem de atuar com grandeza e visão futura, longe do imediatismo primário que nos tem levado, de crise em crise, ao descrédito da ação pública e à desorientação da iniciativa privada."

3 — "A expressão "negociação" é pejorativa para um processo que se deve conduzir exclusivamente no plano do interesse público. O que se torna necessário é al-

popular, principalmente da classe operária, ainda não foram suficientes para imprimir maior ritmo a uma mais efetiva e abrangente abertura democrática."

2. "Consideramos que não há um impasse. O que a realidade nos indica é a incapacidade da atual elite dirigente em resolver os problemas brasileiros. Ao contrário, agravaram-nos. E esses 16 anos de ditadura são a melhor prova disso."

3. "Como já dissemos em outras oportunidades, no momento cabe às forças oposicionistas, de forma unida e atuante, buscar uma alternativa democrática. É preciso substituir um regime cuja principal característica tem sido a de excluir e marginalizar as grandes massas do processo de tomada de decisão sobre seus destinos, por um regime no qual se encontrem institucionalizados os meios e modos de fazer com que o povo brasileiro encontre seus próprios caminhos e saída para os seus problemas. Qualquer processo de negociação deve levar em conta essa realidade."

4. "É essa nossa posição desde 1967, quando o Partido Comunista Brasileiro apresentou ao movimento democrático a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte. Entendemos que uma condição básica para sua convocação é que ela seja livremente eleita, num clima em que todas as forças e correntes de opinião possam discutir seus pontos de vista. Em que o povo, enfim, possa participar e escolher o caminho que melhor lhe convier."